



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A EXPANSÃO DA CADEIA DA SOJA NA AMAZÔNIA: OS CASOS DO PARÁ E AMAZONAS

GEORGES G. FLEXOR; SANDRO AUGUSTO VIÉGAS LEÃO; MARIA DO SOCORRO LIMA;

CPDA/UFRRJ

RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL

gflexor@hotmail.com

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

SISTEMAS AGROALIMENTARES E CADEIAS AGROINDUSTRIAIS

A EXPANSÃO DA CADEIA DA SOJA NA AMAZÔNIA: OS CASOS DO PARÁ E AMAZONAS

Grupo de Pesquisa: Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais

Resumo

Desde o início da década de 1990, a Amazônia legal brasileira vem sendo palco da expansão do plantio de soja e da atuação de empresas esmagadoras de grãos. Nos últimos anos a logística instalada pelo complexo agroindustrial sojicultor, a partir de produtores, fornecedores de insumos, processadores de matérias primas, assume um caráter estratégico e promove o avanço de novas fronteiras agrícolas no interior da região. A abundância de terras agriculturáveis, juntamente com a facilidade de escoamento via transporte fluvial através dos rios que cortam a bacia amazônica para o oceano Atlântico e daí para mercados consumidores na América do Norte, Europa e Ásia, são elementos que chamam a atenção das grandes *tradings* internacionais, e de empresas nacionais, que visam o mercado interno, mas principalmente o agronegócio exportador. Esses grupos empresariais criam vínculos econômicos entre o espaço regional e o comércio internacional. Neste sentido este artigo busca analisar o contexto mais geral desta discussão, discutindo o lugar estratégico da cadeia de soja no processo de inserção global do sistema agroalimentar brasileiro, mas centrado foco em dois estudos de caso na região amazônica: Santarém no Pará e Humaitá no Amazonas.

Palavras chaves: cadeia agroalimentar, soja, Amazônia.

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar a dinâmica atual da expansão da área plantada de soja em regiões de fronteira agrícola da Floresta Amazônica, focando o desenvolvimento dessa atividade nos municípios de Humaitá e Santarém do Pará. Em especial, aponta para o papel exercido por dois significativos *players* da indústria de soja no Brasil (CARGILL e MAGGI) nessa dinâmica. O trabalho está estruturado da seguinte forma. A primeira seção traz um sucinto resumo da evolução dos mercados de soja no Brasil, destacando sua inserção nos mercados globais. Na segunda parte, a partir dos casos de Humaitá e Santarém, apresenta-se a expansão da soja na Amazônia e o papel das grandes firmas nesse processo. Na conclusão, procura-se assinalar os principais desafios regionais colocados por essa dinâmica.

A interiorização da agricultura em larga escala em regiões do cerrado ou de transição cerrado-floresta colocaram questões específicas ligadas à infra-estrutura, armazenagem, transporte e distribuição do produto e exigiram de um lado respostas de logística para o negócio e de outro, maior dinamismo de todos os fatores, onde a pesquisa tecnológica desempenhou um importante papel no desenvolvimento de novas técnicas e de cultivares adequadas às regiões. O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) foi um elemento central para a expansão do cultivo da soja em regiões antes tidas como inviáveis (PAULA, 1999. REZENDE, 2002).

Nas décadas de 1980 e 1990, a cultura da soja se expandiu para além das áreas cultivadas do sul do país, pioneiras neste tipo de agricultura. Em 1980, o cerrado no centro-oeste já era responsável por 20% da produção nacional, em 1990, era superior a 40%, em 2003, próximo a 60%.

Vários fatores contribuíram para a expansão da soja no cerrado, entre eles o aumento da demanda internacional, a cotação do mercado de *commodities* e o baixo valor das terras em relação à região Sul, entre outros.

Na década de 1990, a expansão acaba por avançar nos limites legais da Amazônia brasileira. O principal interesse na região pelas empresas envolvidas no complexo agroindustrial residia em diminuir os custos com o escoamento da produção destinada a exportação pelas hidrovias do Madeira, ligando as cidades de Porto Velho (RO) a Itacoatiara (AM), e a perspectiva de asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Mas, no bojo dessa estratégia algumas sub-regiões amazônicas acabam por se consolidar como “novas fronteiras agrícolas” da produção de soja e outros grãos, dentro da lógica do agronegócio globalizado.

Na Amazônia Legal se destacam: o norte do Mato Grosso, sudoeste do Maranhão, norte do Tocantins, sul de Rondônia e centro-norte de Roraima, mais recentemente o sul do Amazonas, no município de Humaitá e o oeste do Pará, principalmente o município de Santarém, palco do avanço do cultivo da soja na região. Os municípios de Humaitá-AM e Santarém-PA serão objetos de análise neste trabalho.

2. O lugar estratégico da cadeia de soja no processo de inserção global do sistema agroalimentar brasileiro

O comércio internacional é certamente o aspecto mais visível da globalização da economia brasileira. Como pode ser observado na tabela 1, as exportações brasileiras que estagnaram durante na década de 1990 conhecem um crescimento acelerado desde os anos 2000. Parte significativa deste “boom” resulta do desempenho do setor agro-exportador. Com efeito, as exportações agrícolas brasileiras têm aumentado 63,5% entre 2001 e 2004. Como, durante o mesmo período, as importações de produtos agroalimentares ficaram

estáveis, as exportações agrícolas líquidas cresceram, contribuindo de maneira decisiva para os recentes bons resultados do comércio externo brasileiro.

Tabela 1. Evolução da balança comercial – total e agrícola – de 1989 a 2004 (US\$ milhões)

Ano	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES				BALANÇO COMERCIAL		
	Total	Agro.	Var.	Part. (%)	Total	Agro.	Var.	Part. (%)	Total	Agro.	Var.
1989	34.383	13.921	-	40,5	18.263	3.081	-	16,9	16.120	10.840	-
1990	31.414	12.990	-6,7	41,4	20.661	3.184	3,33	15,4	10.753	9.806	-9,54
1991	31.620	12.403	-4,5	39,2	21.041	3.642	14,39	17,3	10.579	8.761	-10,66
1992	38.505	14.455	16,5	37,5	20.554	2.962	-18,7	14,4	17.951	11.492	31,17
1993	38.555	15.940	10,3	41,3	25.256	4.157	40,33	16,5	13.299	11.783	2,53
1994	43.545	19.105	19,9	43,9	33.079	5.678	36,58	17,2	10.466	13.427	13,95
1995	46.506	20.871	9,25	44,9	49.972	8.613	51,69	17,2	-3.466	12.258	-8,7
1996	47.747	21.145	1,31	44,3	53.346	8.939	3,79	16,8	-5.599	12.206	-0,43
1997	52.994	23.404	10,7	44,2	59.744	8.247	-7,74	13,8	-6.750	15.156	24,17
1998	51.140	21.575	-7,8	42,2	57.763	8.106	-1,71	14	-6.623	13.469	-11,13
1999	48.011	20.514	-4,9	42,7	49.295	5.739	-29,2	11,6	-1.283	14.775	9,7
2000	55.086	20.610	0,47	37,4	55.839	5.799	1,05	10,4	-753	14.811	0,24
2001	58.223	23.863	15,8	41	55.586	4.847	-16,4	8,72	2.637	19.016	28,39
2002	60.362	24.839	4,09	41,2	47.222	4.492	-7,34	9,51	13.140	20.347	7
2003	73.084	30.639	23,4	41,9	48.260	4.791	6,67	9,93	24.824	25.848	27,03
2004	96.475	39.016	27,3	40,4	62.782	4.881	1,88	7,77	33.693	34.135	32,06

Fontes: SECEX/MDIC.

Observa-se, além disso, que o valor relativo das exportações agrícolas mantém uma certa constância desde a década de 1990, oscilando ao redor de uma média de 41,5% a.a. Dito de outra forma, embora os saldos do balanço comercial brasileiro dependam em parte da dinâmica do setor agro-exportador, sua evolução atual parece em grande parte resultar das mudanças macroeconômicas recentes e em particular da liberalização cambial ocorrida no início de 1999.

Tabela 02. Evolução das principais exportações agrícolas brasileiras entre 1996 e 2004 (US\$ milhões)

Principais exportações	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Soja	1.018	2.452	2.178	1.593	2.188	2.726	3.032	4.290	5.395
Açúcar	1.611	1.774	1.943	1.911	1.199	2.279	2.094	2.140	2.640
Aves	881	918	775	921	879	1.395	1.439	1.862	2.708
Farelo de soja	2.731	2.681	1.750	1.504	1.651	2.065	2.199	2.602	3.271
Café (torrado ou descafeinado incluído)	1.722	2.749	2.335	2.233	1.563	1.213	1.201	1.316	1.759
Carnes congeladas	152	148	219	326	333	501	508	727	1.371
Tabaco	1.029	1.091	940	893	813	921	978	1.052	1.380
Óleo de soja	713	597	833	687	359	506	778	1.233	1.382
Sucos de laranja	1.454	1.058	1.306	1.290	1.090	880	1.096	1.250	1.141
Carnes suínas	122	142	148	115	163	346	469	527	744
Carne bovina fresca e resfriada	42	49	57	117	170	237	268	428	592
Álcool etílico (80% vol.)	95	54	36	66	35	92	169	158	498
Carnes preparadas	254	253	324	348	288	312	362	434	559

Milho	72	52	12	7	9	497	268	375	597
Algodão bruto	2	0	4	5	32	154	94	189	406

Fontes: SECEX/MDIC.

Esses resultados agregados merecem algumas observações mais finas. A tabela 2, por exemplo, mostra que o forte crescimento das exportações agrícolas brasileiras é concentrado em torno de algumas poderosas cadeias agroalimentares, das quais se destaca a cadeia de soja (grãos, farelo e óleo) cujas exportações superaram os US\$ 10 bilhões em 2004. Integrada aos mercados internacionais desde sua origem na década de 1970, a cadeia de soja vive atualmente importantes mudanças qualitativas. Do lado da oferta, cabe observar que desde o fim dos anos 1990, a cadeia de soja passa por um intenso processo de concentração liderado por firmas transnacionais tais como Bunge, Cargill, ADM e Coinbra-Dreyfuss. Por outro lado, no que tange a demanda, podemos destacar um aspecto recente e cujas conseqüências são ainda imprevisíveis: a evolução social e econômica da China. A abertura do gigante asiático representa um fator essencial do crescimento das exportações de soja brasileira nesses últimos anos. Esse fato novo, no entanto, não deixa de colocar algumas questões de ordem estratégica para o Brasil. Com efeito, em função da evolução demográfica e do aumento da renda média *per capita*, os chineses consomem cada vez mais proteínas animais e vegetais. Segundo estatísticas do governo chinês, o consumo urbano de carnes alcançou 32,53 kg por habitante em 2002. A carne suína que é tradicional nesse país e o frango, cujo consumo aumenta rapidamente, são as principais fontes de proteínas animais dos consumidores urbanos. As autoridades, conscientes dessa evolução e dos problemas encontrados para aumentar a produção agrícola doméstica, parecem está decididas atuar nos mercados de grãos a fim de estabelecer mecanismos capazes de garantir um abastecimento regular e seguro, um aspecto necessário para sua indústria de rações e refino de óleo. Essa orientação abriu as portas do mercado chinês às exportações brasileiras, porém, como mostra a tabela 2, ela se traduz, sobretudo pelo crescimento das exportações de grãos, o valor das importações chinesas de soja brasileira aumentou 146,6% entre 2000 e 2004. Ao contrário, produtos de maior valor agregado como o farelo e o óleo refinado não se beneficiaram do crescimento da demanda chinesa. O aumento de 18% a.a. das capacidades de processamento de soja na China indica, por outro lado, que as autoridades desse país desejam importar basicamente grãos.

As exportações de farelo para os países da União Européia representam oportunidades comerciais importantes. Entre 2000 e 2004, por exemplo, o valor das exportações de farelo para a Holanda aumentou 120%. Para a França o crescimento foi de 61% e para a Alemanha alcançou 195%. Porém os mercados europeus são exigentes e nesses mercados existem também problemas concretos. Em particular, com o avanço da soja geneticamente modificada, o acesso aos mercados europeus para a cadeia de soja brasileira dependerá cada vez mais de sua capacidade de estabelecer e gerenciar adequadamente um sistema de segregação dos grãos. Para o comprador europeu que lida com a desconfiança dos consumidores trata-se de evitar qualquer riscos de contaminação da soja convencional por grãos e sementes geneticamente modificados. Ora, os problemas de logística, as fracas capacidades de fiscalização das instituições brasileiras e a passividade com as quais trataram do problema da difusão clandestina das sementes geneticamente modificadas podem limitar a competitividade das exportações de soja brasileira nesses mercados.

Por outro lado, existem alternativas. Em 2004, por exemplo, o Irã se tornou o quarto maior importador de farelo de soja brasileira e a Índia representa certamente um mercado importante para as exportações de óleo refinado. Todavia, esses países com

pretensões no cenário internacional podem num curto prazo seguir a estratégia chinesa cujas importações de óleos estagnam desde 1996. Os demais países em desenvolvimento podem se tornar mercados interessantes para as exportações brasileiras, porém, a atual demanda solvável desses países não fazem deles espaços estratégicos para os principais atores da cadeia.

Esse cenário global representa o pano de fundo estratégico para entender o desenvolvimento recente da soja no Brasil. Na segunda parte desse trabalho, procuramos mostrar como as estratégias de dois importantes *players* estão integrando espaços da Amazônia a essa dinâmica global.

3. A Soja na Amazônia Legal¹

Segundo Carvalho (1999), o cultivo de soja na região amazônica dá início a uma mudança importante nos modelos de ocupação do espaço territorial, conduzindo a economia regional a um modo de produção altamente capitalizado em contraposição aos modelos tradicionais da região. A soja é identificada como potencial responsável por um novo ciclo de criação de riquezas na região. Mais ainda, do que no resto do Brasil, o modelo de implementação da soja na Amazônia está baseado em grandes volumes de incentivos oficiais destinados à produção e a implantação de infra-estrutura, especialmente de transporte.

Na Amazônia Legal a área cultivada era inexpressiva no início dos anos 90, a exceção dos Estado do Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Maranhão nenhum outro Estado cultivava soja. Mas com a formação recente de coalizões de produtores de soja articuladas com grandes *tradings*, o cultivo se expandiu rapidamente. Na safra 2004-2005 a área total cultivada foi de 7.002,1 ha, com uma produção de 19.912,0 de toneladas para a mesma safra (BRASIL/CONAB, 2005).

Tabela 03 - Produção de Soja na Amazônia Legal - Safra 1990/1991 –2004/2005*

Estados	Produção (t)		%		Área (ha)		%	
	1990/91	2004/05	1990/91	2004/05	1990/91	2004/05	1990/91	2004/05
Mato Grosso	2.607,0	17.509,70	99,20	89,15	1.100,0	6.105,20	99,00	88,3
Rondônia	5,0	222,80	0,19	1,13	2,4	74,40	0,21	1,08
Tocantins	6,5	910,60	0,25	4,63	3,9	355,70	0,35	5,14
Maranhão	8,3	997,50	0,31	5,07	4,6	375,00	0,41	5,42
SUB-TOTAL	2.626,80	19.640,60	99,95	99,98	1.110,90	6.910,30	99,97	99,94
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	8,40	-	3,09	-	2,80	-	3,05
Pará	-	207,00	-	76,27	-	69,00	-	75,16
Roraima	-	56,00	-	20,6	-	20,00	-	21,78
SUB-TOTAL	-	271,40	-	-	-	91,8	-	-
TOTAL GERAL	2.626,80	19.912,00	-	-	1.110,90	7002,1	-	-

Fonte: Série Histórica, CONAB, 2005. * Dados Preliminares sujeitos a mudança.

3.1. Evolução da Produção de Soja na Amazônia

¹ A Amazônia Legal é formada por sete Estados da região Norte - Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins mais os estados do Mato Grosso e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°. Abrange uma área de 5.217.423 km², equivalente a 61% do território brasileiro.

Excluindo-se os estados do Mato Grosso e Maranhão, a área plantada da soja na região Norte aumentou nas duas últimas décadas, saindo de 6,3 hectares na safra 1990/1991 para 521,9 hectares na safra 2004/2005. Os estados do Tocantins e Rondônia foram os que apresentaram maior crescimento para o período (BRASIL/CONAB, 2005).

De acordo com os dados da mesma fonte, a área plantada na região Norte aumentou quase 83 vezes nesse período, enquanto a região Nordeste “apenas” quintuplicou, ficando contudo com uma área superior à região Norte conforme podemos observar na tabela a baixo.

Tabela 04 - Evolução da Área Plantada por Região Geográfica entre 1990 a 2005* (em mil hectares).

REGIÃO	1990/91	1994/95	2004/2005*
Norte	6,3	21,4	521,9
Nordeste	282,6	575,9	1.442,1
Centro-Oeste	2.946,2	4.559,8	10.857,0
Sudeste	972,0	1.163,6	1.891,6
Sul	5.535,4	5.358,0	8.588,5
Total Brasil	9.742,5	11.678,7	23.301,1

Fonte: Série Histórica, BRASIL/CONAB (2005) * Dados Preliminares sujeitos a mudanças.

Em termos de produção, a região Norte também apresentou crescimento, não só em relação ao total produzido mais em relação ao número de estados produtores. Enquanto na safra, 1990/1991 apenas dois estados – Rondônia e Tocantins - participavam de toda a produção dessa região na safra 2004/2005, a exceção dos estados do Acre e Amapá todos os demais contribuíram para produção regional, segundo a CONAB (2005).

A produção que na safra 1990/1991 foi de 11,5 toneladas subiu para 1.404,8 de toneladas na safra 2004/2005, um acréscimo 1.399,3 de toneladas. O crescimento da produção aumentou significativamente, a partir da safra de 2000/2001, com a participação dos estados de Tocantins, Rondônia, Pará e Amazonas (BRASIL/CONAB,2005).

Tabela 05 – Evolução da Produção de Soja por Estados da Região Norte (1990/2005)

Estados	Produção (t)			
	1990/91	1994/95	2000/01	2004/05
Norte	11,5	45,5	216,6	1.404,8
Acre	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	8,4
Rondônia	5,0	13,0	76,5	222,8
Roraima	0	0	0	56,0
Pará	0	0	1,5	207,0
Tocantins	6,5	32,5	138,6	910,6
Total	11,5	45,5	216,6	1.404,8

Fonte: Série Histórica, BRASIL/CONAB (2005) * Dados Preliminares sujeitos a mudanças.

O índice de produtividade para a região Norte se elevou ao longo dessas duas décadas, saltando de 1,8 para 2,6 t/ha. Em 2002, Rondônia com 2,90 t/ha e Pará com 2,85 t/ha já ocupavam o 2º e 4º lugar respectivamente no *ranking* dos estados produtores de soja nacional.

3.2. A Produção de Soja no Pará e Amazonas

Nesses estados o cultivo de soja iniciou em meados da década de 90 sob o forte incentivo governamental. No que tange a produção, o estado do Pará saltou de 1.353 toneladas de soja em 1997 para 99.437 toneladas em 2004. Os principais municípios produtores são Santarém, Santana do Araguaia, Belterra, Ulianópolis, Paragominas e Dom Eliseu. Os municípios de Santarém, Santana do Araguaia e Belterra respondem respectivamente por 62% da produção de soja desse Estado (IBGE, PAM, 2004).

Tabela 06 – Produção de Soja nos Principais Municípios Produtores do Pará (2004)

Municípios	Toneladas	%
Santarém	29.700	30
Santana do Araguaia	18.000	18
Belterra	13.500	14
Ulianópolis	11.570	12
Paragominas	9.777	10
Dom Eliseu	6.600	7
Outros municípios paraenses	10.290	9
Total	99.437	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2004.

Segundo a mesma fonte o estado do Amazonas no mesmo período produziu 24 toneladas de soja subindo para 5.461 toneladas respectivamente. Os municípios de Humaitá e Itacoatiara são os principais produtores.

Em termos comparativos, a produção de soja é pouco expressiva no estado do Amazonas em relação aos demais estados da região Norte, mas vem aumentando consideravelmente. De acordo com os dados do Instituto de Agropecuária do Estado do Amazonas (2005), a produção de soja no município de Humaitá (principal do produtor do Estado) saiu de 1.144,5 toneladas em 1997 para 6.304,5 toneladas na safra 2003/2004, onde obteve uma média de 45 sacos/ha.

Tabela 07 – Produção de Soja nos Campos de Humaitá/AM 1997/2004

Ano	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
1997	545	545	1.444,5
1998	300	300	630
1999	400	400	840
2000/2001	100	100	210
2001/2002	700	700	1.050
2002/2003	1.760	1.760	4.752
2003/2004	2.335	2.335	6.304,5
Total	6.140	6.140	15.231,0

Fonte: IDAM, 2005 (Escritório/Humaitá)

Entre 1998 e 2001, a produção de soja nesse município teve um decréscimo considerável decorrente da falta de experiência com esse tipo de cultura, da inadimplência dos produtores junto às instituições financeiras de crédito. A retomada do crescimento da produção veio a partir da safra 2002/2003 dentro do contexto macroeconômico favorável a cultura, do retorno dos incentivos governamentais, sobretudo em insumo (calcário) e na

assistência técnica com o estabelecimento de contrato entre o governo do Amazonas com a empresa Campo Consultoria e Agronegócios Ltda. Empresa especializada em trabalho de consultoria a empresas estatais, privadas e órgãos governamentais ligada ao Grupo Campo originário do Projeto de Cooperação bilateral entre Brasil e Japão.

Conforme apresentado no quadro anterior, contrariando os estudos que sustentam a tese de que o crescimento da produção² da soja na Amazônia está, por um lado, estritamente vinculado ao aumento da produtividade e, de outro, a conversão de áreas de pastagens e/ou áreas degradadas, observamos nesse município, ao contrário, o crescimento da produção veio acompanhando do aumento na da área plantada.

Os dados indicam que em 1997, a soja ocupava apenas 545 hectares, sofreu uma retração entre os anos de 1998 e 2001, voltando a crescer a partir de 2002, saindo de 1.760 ha para 2.335 ha na safra 2003/2004. Essa expansão está ocorrendo, principalmente sobre as áreas de campos naturais e cerrados, mas já se registram áreas de cultivo em áreas de floresta.

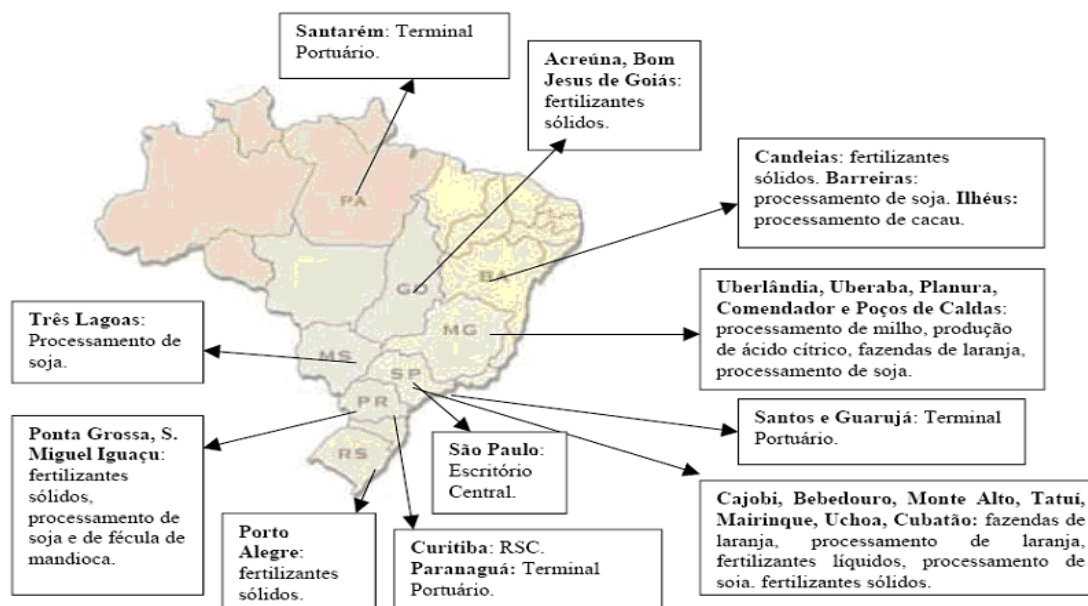
A expansão do cultivo da soja nessa região deveu-se de um lado ao conjunto de políticas adotadas pelo Estado que teve como eixo principal investimentos em logística valorizando, sobretudo o transporte intermodal, envolvendo particularmente a rodovia e a hidrovía propiciando a região a inserir-se aos circuitos produtivos globais, através de uma nova estruturação espacial voltado para o escoamento da produção dessa *commoditie* produzida tanto na própria região como em outros. Por outro lado, o papel desempenhado pelas grandes processadoras como é caso da Cargill e do Grupo Maggi também tem contribuído para a maior integração dos espaços Amazônicos a dinâmica da cadeia global conforme veremos nas próximas sessões.

4. A Cargill e o desenvolvimento da soja em Santarém no Pará

A Cargill, maior empresa norte-americana do setor agrícola e maior empresa de *commoditie* agrícolas, fatura aproximadamente US\$ 56 bilhões por ano (LIMA, 2003:250), foi fundada em 1865, no Iowa/EUA. A multinacional norte-americana atua na comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas e alimentícios; além de desenvolver atividades financeiras e industriais pelo mundo inteiro. É sediada em Minneapolis (Minnesota/EUA); sendo a maior empresa de capital fechado, ela está presente em 59 países com 124.000 funcionários. Segundo fontes institucionais, a Cargill teve um faturamento de US\$ 71,1 bilhões no ano fiscal 2004/05. Essa corporação é a maior exportadora de soja do Brasil e a segunda no processamento de grãos. A Cargill compra, comercializa e processa grãos e oleaginosas. Possui uma estrutura de comercialização de grãos integrada por portos, armazéns e estações de compras nas regiões produtoras mais importantes do país e do mundo, de onde a empresa adquire os grãos para processamento em suas unidades industriais ou para exportação (CASTRO, 2002).

Figura 01 – Presença da Cargill por Estados Brasileiros

² Ver BRANDÃO et al., 2005



Fonte: www.cargill.com.br In. Instituto Observatório Social, 2003.

No Brasil está presente em 18 Estados e conta com aproximadamente 5.000 funcionários (55% do total internacional). A empresa iniciou suas atividades no país em 1965, no setor de beneficiamento de sementes híbridas de milho em Avaré (SP) e atualmente atua na produção de acidulantes, açúcar, amidos e adoçantes, cacau, aço, citros, farinhas, fertilizantes, grãos e processamento de óleo, óleos industriais e lubrificantes, entre outros (Instituto Observatório Social, 2003). Entre outros ramos de atuação da multinacional estão o mercado financeiro, conduzido pela Cargill Prolease que oferece serviços de administração de ativos.

Segundo pesquisa realizada pelo Observatório Social (2003), estão sobre o controle da Cargill Agrícola S/A as empresas: Cargill Citrus Ltda, Agrocitrus Ltda, Agrocitrus São Vicente Ltda, Sociedade Americana Armazéns Gerais Ltda, Cargill Prolease Locação de Bens Ltda, Cargill Cacau Ltda, Casa e JBL Ltda, São Valentim Agroindustrial Ltda e Cargill Participações Ltda. Esta última controla 100% do Banco Cargill S/A. Além disso a Cargill Fertilizantes controla parcialmente, a Ind. Fertilizantes de Cubatão S/A (45%), Fosfar S/A Fertilizantes Fosfatados do Paraná (62,05%), Fertifós Adm. e Part. S/A (33,7%). A Fertifós Adm. e Part. S/A controla parcialmente a Fertilizantes Fosfatados Fosfértil S/A (54,62%) e a Ultrafértil S/A (99,99%).

Essa poderosa organização agroalimentar é ainda, a maior exportadora de soja do Brasil e a segunda no processamento de grãos. Possui no Brasil cinco unidades de negócios: agrícola, processamento de alimentos, industrial, *trading* e carnes.

A questão da logística é, portanto, um aspecto estratégico para as operações da Cargill. Isso explica certamente por que a organização vem investindo pesadamente nessa área. Pode-se observar, por exemplo, que a Cargill comprou e/ou adquiriu armazéns de grãos em Sorriso (MT), Edéia (GO), Lucas do Rio Verde (MT), Ouro Verde (BA), Roda Velha (BA), Sonora (MS), Planura (MG), Tibagi (PR), Sinop (MT). Recentemente, em 2001 adotou uma estratégia ainda mais agressiva nos investimentos relacionados à logística da soja no país, construindo um terminal de exportação de soja no Porto de

Santarém (PA), numa área de aproximadamente 45 mil metros quadrados visando o escoamento da soja do norte do Mato Grosso pela BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Nesse sentido, a organização se apresenta como um dos principais atores da dinamização da expansão do agronegócio da soja no município de Santarém. Sua influência se estende sobre as esferas políticas junto aos governos municipal, estadual e nacional que tem promovido programas específicos como os de infra-estrutura e transporte, onde exerce forte *lobby* para o asfaltamento da BR-163 ou de programas governamentais que promoveram importantes mudanças da base produtiva regional.

Com a construção do Porto, a Cargill Agrícola S. A. começou a exportar soja de Santarém para vários países da Europa, para o Japão, China e México. Desde a sua inauguração (abril/2003) até agosto/2005 cerca de 1.728.000 toneladas de grãos foram exportados, sendo que desse total cerca de 200 mil/toneladas foram de milho e o restante de soja. Basicamente 98% desse total são produtos originárias do estado do Mato Grosso que através de barcas são carregadas em Porto Velho e transportados pela hidrovía do Madeira/Amazonas, até o porto da Cargill, no rio Tapajós. Até agosto/2005 foram 34 navios carregados, dos quais 8 foram México e 7 para a Bélgica, além dos de navios para Reino Unido, Holanda, França, Japão, Coreia do Sul. (CARGILL, 2005). Em Santarém cabe indicar que a Cargill tem hoje cadastrados cerca de 255 produtores sendo que apenas 100 são financiados para plantio de soja. A área agricultável em Santarém e na região abrange cerca de 80 mil/ha sendo que a maior parte, em torno de 55 mil é destinada para o arroz e 21 mil ha para soja. Muitas áreas plantadas com arroz na primeira safra também são aproveitadas para soja na segunda safra. Todavia, o potencial de crescimento da soja é bastante importante na medida em que se encontra muita área aberta.

O desenvolvimento da soja na região tem recebido importantes estímulos do governo brasileiro. Sob o incentivo dos Planos “Brasil para Todos”, e “Avança Brasil” do governo FHC foram priorizados o desenvolvimento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento Nacional (ENIDs), programa levado a frente pelo Governo Lula.

Esses Programas contribuíram para que o município de Santarém apresentasse uma importante expansão do cultivo da soja. Em Santarém, segundo Sterward (2004), a existência de um suporte econômico viabilizou localmente os investimentos do agronegócio. Estes se materializaram na política de crédito ofertada pelo Banco da Amazônia S.A, e pelos baixos preços das terras que incentivaram os produtores do Sul e Centro-Oeste do país a migrarem para essa região. Além disso, com a expectativa de asfaltamento da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) que ligará as áreas cultivadas de soja do Mato Grosso ao Porto da Cargill Agrícola S.A. em Santarém há fortes incentivos para a expansão da soja nessa região da Amazônia.

A população de Santarém tem grandes esperanças que o advento da atividade graneleira na região se apresente como um instrumento de desenvolvimento. A logística de transporte para o escoamento da produção é um dos problemas apontados por especialistas como um dos maiores obstáculos para o avanço da soja na Amazônia (AMARAL et al, 2005). Isso explica porque diversas articulações políticas estão sendo realizadas para viabilizar investimentos de infra-estrutura de transportes, a exemplo da pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163). Recentemente o governo federal lançou mais uma política voltada à dotação logística nessa região com o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 – trabalho que está sendo desenvolvido por um Grupo de Trabalho Interministerial, criado em março de 2004, sob coordenação da Casa Civil.

No entanto, o projeto de pavimentação da rodovia Santarém-Cuiabá (BR 163), que têm a finalidade de servir de canal de escoamento da soja pelo rio Amazonas, enfrenta alguns problemas. Para Fearnside (2005) a área a ser atravessada pela rodovia ainda está fora do controle do governo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente e a posse da terra. O desmatamento e a exploração ilegal de madeira se aceleraram em antecipação ao asfaltamento da rodovia, alertando que isso vai resultar em maior perda da área de floresta, assim como apressará uma maior migração de posseiros para novas fronteiras.

5. O Grupo MAGGI e a Sojicultura em Humaitá - AM

A produção de soja no Amazonas foi iniciada no final dos anos de 1990, durante o Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento e, atualmente faz parte do Programa Pólo de Desenvolvimento de Grãos do Sudoeste do Amazonas.

Os primeiros plantios mecanizados ocorreram nas áreas dos campos naturais numa faixa de 800 mil hectares dentro dos municípios de Humaitá, Lábrea, Canutama, Manicoré, sob um intenso programa de fomento e crédito.

Atualmente dois pólos se destacam na produção de soja no Estado: o pólo do Madeira formado pelos municípios do Sul do Amazonas dos quais Humaitá é o principal e o pólo de Itacoatiara onde a soja é cultivada nos municípios de Manacapuru e em Itacoatiara. Nesse último está instalado o Terminal Graneleiro³ pertencente ao Grupo André Maggi.

A expansão do cultivo da soja no estado do Amazonas contou além dos incentivos governamentais com a presença do Grupo Maggi. O Grupo incentivou a implementação da Hidrovia do Madeira, principal via de escoamento da soja produzida no Mato Grosso e no Amazonas.

O transporte da soja é realizado pela empresa Hermasa Navegação S/A, de sua propriedade. A soja é então armazenada no Terminal Graneleiro de Itacoatiara. Em 2002, foram exportados por este porto 1.200.000 toneladas e para 2005 está prevista a exportação de dois milhões de toneladas de grãos. Junto com Cargill Agrícola, o Grupo Maggi exerce forte *lobby* para o asfaltamento da BR-163; além de realizar pesquisas experimentais de soja em Roraima visando o mercado externo via Venezuela. A empresa apresenta uma grande inserção junto à comunidade local, através de iniciativas como campanha do meio ambiente, patrocínio de eventos etc.

O Grupo André Maggi, maior produtor de soja do país é uma importante organização econômica nacional que reuni mais de 10 empresas ligadas ao setor de insumos, produção de grãos (soja, milho), algodão, sementes certificadas, comercialização, processamento de soja e transporte fluvial e marítimo. As principais empresas do grupo, são: a Agropecuária Maggi Ltda, Hermasa Navegação da Amazônia S/A e a AMaggi Exportação e Importação Ltda.; atua também no ramo da construção civil e de energia elétrica. As áreas de atuação da empresa são as regiões Norte, Meio Norte e Centro-Oeste, sendo esta última a principal região produtora.

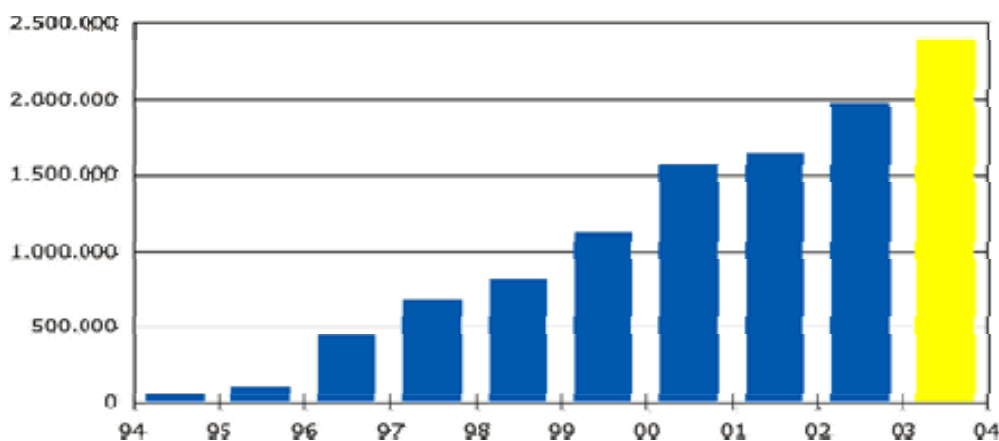
Segundo fontes institucionais, a empresa Agropecuária Maggi Ltda., possui cerca de 1.348 funcionários fixos, seis fazendas na região sul do Mato Grosso totalizando 13 mil hectares cultivados e três outras fazendas no Parecis (a Tucunaré, Agro-Sam e Itamarati)

³ O Terminal Graneleiro de Itacoatiara - Inaugurado em 12/04/97, situa-se à margem esquerda do rio Amazonas numa área de 150 mil metros quadrados, funciona como um centro de armazenamento e escoamento de grãos, graneis sólidos e insumos agrícolas. O Terminal é administrado pela empresa HERMASA Navegação da Amazônia S.A.

com 156 mil ha cultivados. Possui ainda uma fazenda na região de Querência, a Tanguru com 24 mil ha. A empresa produz soja (139 mil ha), milho “safrinha” (41 mil ha) e algodão (11 mil ha).

A AMaggi Exportação e Importação (antes denominada Sementes Maggi) possui mais de 500 funcionários, 35 armazéns (dos quais 14 são próprios com capacidade para armazenagem para grãos e derivados), duas fábricas de esmagamento de soja (uma localizada em Itacoatiara (AM) e a outra em Cuiabá/MT - arrendada) onde são esmagadas 1 milhão de toneladas de soja anualmente. Possui capacidade de processamento de 3,5 toneladas/dia. Além dos armazéns localizados próximos às regiões produtoras; a empresa possui armazéns anexos aos terminais portuários de Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) com capacidade para 235.000 toneladas. A empresa exporta cerca de 2 milhões de toneladas/ano de soja, conforme se observa no gráfico a seguir. Seu mercado consumidor destina-se em quase sua totalidade à Europa e à Ásia sendo a produção exportada através dos portos de Itacoatiara, Santos e Paranaguá. Aliás, o setor de logística tem recebido atenção especial por parte do grupo Maggi como forma de minimizar os custos com transporte e aumentar sua competitividade no mercado internacional. A empresa apresenta um faturamento anual superior a US\$ 490 milhões/ano.

Gráfico – 01 Evolução e estimativa de exportação de Soja da AMaggi Exportação e Importação entre 1995/2004



Fonte: <http://www.grupomaggi.com.br/br/expimp/numeros.htm>

Em 2003, o Grupo AMaggi comercializou 2.400.000 toneladas de soja, sendo 350.000 (14,6 %) produzidas em fazendas próprias ou arrendadas e o restante adquirido de terceiros, pré-financiados, através de fornecimento de adubo e sementes, de parte da produção desses produtores financiados. Também foram comercializadas 13.350 toneladas de sementes, produzidas nas fazendas próprias ou adquiridas em áreas de terceiros. Obteve

uma produção de milho de 210.000 toneladas, das quais 3.300 toneladas foram consumidas pela atividade de suinocultura (Grupo AMaggi, 2004).

Como parte de sua estratégia de expansão a AMaggi Exportação e Importação Ltda., buscou captação de recursos junto à Corporação Financeira Internacional (IFC)⁴ em setembro de 2004. O empréstimo de US\$30 milhões visava financiar a expansão das operações de soja do Projeto AMaggi em Mato Grosso e destinava-se a “proporcionar capital de giro para apoiar o pré-financiamento de fornecedores de soja terciários da AMaggi; e, financiar a construção de três novos silos de soja com uma capacidade combinada de 250.000 toneladas, além de comprar equipamento” (CAO, 2005, p. 1).

Em termos de logística espacial, essa foi à atividade na qual a empresa investiu pesadamente, buscando responder, por um lado às pressões para integrar suas atividades aos mercados globais e, por outro, para ampliar sua participação na indústria de soja brasileira de forma a minimizar custos e elevar suas margens de lucros.

Para tanto, o grupo Maggi criou a empresa Hermasa Navegação da Amazônia S/A, em 1993, em parceria com a Ciapar Investimentos e Participações S/A, empresa criada para viabilizar a participação do Governo do Amazonas com a Hermaggi Agroindustrial, empresa controlada pelo grupo Maggi. Naquela ocasião a Ciapar detinha 43% do capital e a Hermaggi 57%. Atualmente o Grupo Maggi controla 95% do capital e a Petrobrás 5%. Esta parceria entre iniciativa privada e o poder público resultou na implantação do Projeto Hermasa de Navegação da Hidrovia do Madeira, inaugurada em 12 de abril de 1997.

A operação da Hermasa na Hidrovia do Madeira garantiu ao Grupo Maggi a capacidade de competir com grupos transnacionais que lideravam a comercialização da soja para os mercados externos. Apesar de ter seu domínio na região mato-grossense, a pressão de outros grupos multinacionais (por exemplo, Cargill, Coinbra e Bunge) sobre o grupo Maggi se intensificou a partir de 1994 e a implantação da Hidrovia foi uma resposta a esse ambiente competitivo (SILVA, 2003).

Através da Hermasa Navegação da Amazônia S/A, o grupo Maggi explora um sistema de transporte fluvial de soja no Rio Madeira de Porto Velho (RO) a Itacoatiara (AM) no rio Amazonas. Entre 1997 a 2002 foram transportadas 4.526.746 toneladas de soja e 583.914 toneladas de fertilizantes. Em 2002, foram exportadas pelo Porto de Itacoatiara 1.200.000 toneladas grãos e para 2005 está prevista a exportação de dois milhões de toneladas (tabela 3 3).

Quadro 01 - Movimentação de Cargas de Agro-Granéis - Hidrovia do Rio Madeira

Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Soja	317.269	550.176	711.916	905.066	1.127.034	915.285
Fertilizantes	-0-	34.000	53.000	65.000	109.957	321.957
Óleo Diesel	8.560.800	16.320.200	19.467.400	29.332.800	34.666.500	---

Fonte: <http://www.grupomaggi.com.br/br/hermasa/numeros.htm>

A implantação da Hidrovia do Madeira incentivou a inserção do grupo no mercado internacional e viabilizou o aumento da produção de soja na Chapada dos Parecis, já que a

⁴ O empréstimo foi alvo de severas críticas por parte das organizações não-governamentais, principalmente em relação às questões ambientais. Em decorrência desse fato, o projeto teve que se submeter a auditorio internacional. <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=126831>; http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=126838&tipo=6&cat_id=87&subcat_id=1; <http://www.amazonia.org.br/arquivos/163786.pdf>

produção podia ser escoada por essa hidrovia. Essa decisão estratégica viabilizou o Grupo Maggi como uma *trading* colocando-o em contato com outras empresas e bancos internacionais onde pode captar novos recursos para seus investimentos. Entre as *tradings* que o Grupo Maggi capta recursos para repassar aos produtores estão a Suminoto (Japão), Cereol (Itália), Toefer (Alemanha).

De acordo com o próprio do Grupo Maggi

A expansão da produção e comercialização de soja é o principal objetivo estratégico do Grupo AMaggi que pretende consolidar a sua posição como *player* global no mercado dessa *commodity*. Para tanto, o grupo deverá no futuro expandir as áreas de produção própria e fortalecer-se na compra e comercialização de soja de terceiros. Entretanto, essa expansão deverá se dar de maneira casada com a expansão da infra-estrutura logística, tendo em vista o peso relativo dos custos de logística e transporte. Desta forma, a expansão da infra-estrutura logística e de armazenagem faz parte dos planos estratégicos, objetivando redução tanto nos custos de transporte de soja e subprodutos quanto de fertilizantes e outros insumos importantes. Dentre os investimentos em logística encontra-se em análise a implantação de um terminal graneleiro no porto de Santos em parceria com outros *players*.

A verticalização das atividades do Grupo AMaggi também é uma diretriz estratégica, podendo resultar no futuro em ampliação da capacidade de esmagamento ou inclusive em investimento em outras atividades da cadeia de industrialização da soja. Dentre as atividades em estudo encontra-se o desenvolvimento da avicultura na região de Itacoatiara (GRUPO AMAGGI, 2004, p.22).

Finalmente, o Grupo Maggi conta uma extensa rede de atores com os quais mantém vínculos institucionais que dão suporte a suas atividades e lhe permite maior competitividade no mercado. Dentre elas se destacam a Fundação Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso (APROMAT), além de universidades e outros centros de pesquisa.

6. Considerações Finais sobre a Soja nos Municípios de Santarém e Humaitá

A expansão do cultivo de soja na Amazônia desencadeou um conjunto de mudanças nos modelos de ocupação territorial e de produção regional. Especialmente, a implementação dos eixos de integração e dos corredores de exportação permitiu a incorporação de espaços regionais – Santarém e Humaitá – aos mercados e cadeias globais. Os grupos Cargill e Maggi se apresentam como as duas principais organizações atuantes na região. Todavia, é importante ressaltar que essa articulação espacial e organizacional teve forte apoio institucional.

No caso de Santarém (PA), o governo, através de suas agências governamentais promoveu estudo de viabilidade agrícola e econômica para o cultivo da soja, favoreceu incentivo governamental para o desenvolvimento de programas específicos para o setor, além de conceder uma área estratégica para a implantação do porto de escoamento da produção de grãos no município que baratearia os custos com o transporte do produto vindo do Mato Grosso, através da Hidrovia Madeira/Amazonas com perspectiva do asfaltamento da BR-163 (Cuiabá/Santarém), cuja principal beneficiada seria a empresa Cargill.

O mesmo ocorreu no Amazonas com a parceria entre o governo do Estado e o Grupo Maggi para implantação da Hidrovia do rio Madeira e a criação da Hermosa Navegações S/A. Por outro lado, o governo do Amazonas viabilizou a produção da soja, através de programas de fomento e crédito. O Programa de Incentivo ao Uso de Calcário

na Correção de Solos (Lei nº 2.803 de 23 de junho de 2003, reformulada pela Lei nº 2.903 de 25 de junho de 2004), é um exemplo dessas ações. Através do Pró-Calcário o governo vem subsidiando a aquisição por parte dos produtores de calcário para o uso na correção da acidez dos solos. Mais recentemente o governo do Amazonas contratou a empresa Campo Consultoria e Agronegócio Ltda., para ficar responsável pela implementação e acompanhamento do desenvolvimento dos pólos de grãos do Estado.

A influência política e econômica da Cargill e do grupo Maggi na esfera regional promoveram importantes mudanças nas relações de poder local. Graças a sua capilaridade, estes grupos têm adquirido força, mobilizando recursos para a viabilização de suas estratégias de crescimento. Esses fatos indicam que a Cargill e o grupo Maggi perceberam o papel estratégico do Brasil no cenário agroalimentar mundial, tanto pelo que representa em termos de mercado de consumo como por seu papel na esfera produtiva global. A existência de áreas potenciais agricultáveis na Amazônia, os ganhos com produtividade e os ganhos com a queda nos custos tornam essa região estratégica dentro da lógica das empresas agroprocessadoras que buscam ampliar seus espaços de controle interno e aumentar a oferta de seus produtos no mercado internacional.

A implantação da Hidrovia do Madeira com investimentos privados (Grupo Maggi) e o forte *lobby* (Cargill) pelo asfaltamento, sobretudo da BR-163, mas, também da BR-319 (trecho Manaus/Humaitá) demonstra o jogo de interesses, competição e alianças estratégicas entre os diferentes atores. Para os grupos Cargill e Maggi a criação de infraestrutura e a logística espacial são elementos centrais dentro da estratégia de competitividade de inserção no mercado nacional e internacional.

Tomando como referência os possíveis impactos sócio-ambientais, no caso de Santarém os pequenos agricultores estão sofrendo grande pressão devido à valorização e o encarecimento das terras, levando estes grupos a se retirarem de suas antigas áreas e se refugiarem na periferia dos centros urbanos regionais, ou em outros casos a exercerem pressão sobre novas áreas de floresta, resultando novos processos de desmatamento.

No Pará e no Amazonas, as taxas de desmatamento se elevaram nos últimos quatro anos. Em Santarém, o desmatamento tem se intensificado sobre as áreas de floresta. Em Humaitá a pressão maior está sobre a área de campos naturais. Sem dúvidas, há necessidade de instrumentos de regulação ambiental para esta região, devido a forte pressão e tensão da atividade graneleira sobre a floresta. Dados recentes mostram a evolução do desmatamento nos dois municípios:

**Quadro 2 - Valores do Desmatamento - Municípios Selecionados
2000/2004**

Município	Desmatamento até 2000 (km ²)	Desmatamento até 2004 (km ²)
Santarém	3725,6	4254,5
Humaitá	516,4	596,5
Total	3168,8	4846,2

Fonte: Prodes/Inpe 2000/04

As áreas ao longo das rodovias (BR-319/BR-163/BR-230) e/ou sobre sua influência são as mais afetadas pelo avanço das frentes de expansão. A pressão demográfica, a grilagem, o extrativismo ilegal de madeira, a pecuária e a expansão do cultivo de grãos figuram entre os principais fatores desencadeadores desse processo.

Uma ultima palavra: a inserção global do sistema agroalimentar brasileiro e o papel das grandes organizações multinacionais representam certamente um aspecto estratégico para o futuro do padrão de desenvolvimento brasileiro. Todavia, em função de seus

possíveis impactos sobre o meio ambiente e a estruturação do território nacional, um aperfeiçoamento institucional capazes de combinar eficiência produtiva com responsabilidade ambiental e social parece urgente.

7. Bibliografia Básica

AMARAL, Weber A N.; FERRAZ, Silvio; SMERALDI, Roberto. Dinâmica da Soja, o Desmatamento na Fronteira da Amazônia. REVISTA DEMOCRACIA VIVA, São Paulo, n. 27, jun./jul. de 2005.

BRANDÃO, Antonio Salazar Pessoa; REZENDE, Gervázio Castro de; MARQUES, Roberta Wanderley da Costa. Crescimento Agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. IPEA, Texto para Discussão nº1062, 2005.

BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento. Soja – Brasil: Série Histórica: Safras 1990/91 a 2004/05. Disponível em <http://www.conab.gov.br/>.

CARVALHO, Renata. A Amazônia rumo ao ciclo da soja. On-line. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/papersoja.htm>>. Acesso em: 07/08/2000.

CASTRO A. C. Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2002 (mimeo).

COPLIANCE ADVISOR OMBUDSMAN. Auditoria do Escritório do Assessor em Cumprimento/Ombudsman (CAO) da Categorização Ambiental e Social do Projeto de Expansão da Amaggi da Corporação Financeira Internacional (IFC). Relatório Final. 2005.



p. 27. Disponível em http://www.cao-ombudsman.org/pdfs/Amaggi_Final%20Report%20Portuguese%20revised_%20060805.pdf

FEARNSIDE, P. Carga Pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. Disponível: www.inpa.gov.br. Acesso em: 10/08/2005.

GASQUES, José Garcia; REZENDE, Gervázio Castro de; VERDE, Carlos Monteiro Villa; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; CARVALHO, João Carlos de Souza.; SALERNO, Mario Sergio. *Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 1009, 2004.

GIOVANINI, Antenor. *Dados sobre números de produtores e produção de soja em Santarém*. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida, savleao@yahoo.com.br. Recebido em: 20/08/2005.

GRUPO ANDRÉ MAGGI. Sistema de Gestão Ambiental e Social. Programa de Gestão 07. Perfil Ambiental dos Produtores Pré-Financiados. s/d. 33 p.

GRUPO AMAGGI. Projeto de Expansão. Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP). 2004. 52 p. <http://www.grupomaggi.com.br/br/grupo/pcdp.asp>

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Comportamento Social e Trabalhista. Mapa de Empresa. CARGILL. s/1, 2003. 41 p. Disponível em www.observatoriosocial.org.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). Banco de Dados Agregados 1990/2004. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=10&i=P>

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). Programa Zona Franca Verde. Informações sobre a produção Agropecuária do Município de Humaitá. Humaitá (AM), março, 2005.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. *Agro-negócio e Comércio Externo Brasileiro*. REVISTA USP, n. 64, 2004.

LIMA, Luis Carlos de Oliveira. *Competitividade e Financiamento do Agro-negócio Brasileiro*. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PAULA, Sérgio Roberto de.; FILHO, Paulo Faveret. *Panorama do complexo da soja*. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set804.pdf>. Acessado em 06/12/04.

PROJETO DE DESMATAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (PRODES/INPE). Banco de Dados. 2004/05. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>



REZENDE, G. C. de. Ocupação Agrícola e Estrutura Agrária no Cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. IPEA, Texto para discussão nº 913, 2002.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

STEWART, Corrina. The Santarém Agricultural Landscape, Pará, Brazil. A working paper on agro-industrial and smallholder agriculture in Santarém. Yale School of Forestry and Environmental Studies. Master of Environmental Science Thesis Project. June, 2004.

Sites Pesquisados

www.amazonia.org.br

www.cargill.com.br

www.conab.gov.br

www.embrapa.gov.br

www.ibama.gov.br

www.ibge.gov.br

www.grupomaggi.com.br